

A Produção do Conceito de Infância: Aspectos Sociais e Históricos

Janete Mandelblatt*

1ª parte Idade Média

Definições e representações de criança

As definições de infância podem tomar diferentes formas de acordo com os referenciais que tomamos para concebê-las. Nos dicionários de língua portuguesa, a infância é definida como o período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento à puberdade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente define a criança como a pessoa até os doze anos de idade incompletos. Na sua origem etimológica, a palavra infância deriva do latim (*infans*) e significa incapacidade de falar, de se comunicar, de ser, portanto, percebida. Essa condição era atribuída ao período que vai do nascimento até a passagem para o que se chamava de *época da razão*, por volta dos sete anos de idade.

No entanto, a definição de infância não pode se restringir à questão da idade. A infância, do ponto de vista biológico, se constitui em um fato natural, mas a condição de criança é um dado social, historicamente construído a partir dos interesses sociais, econômicos, culturais, políticos ou outros de uma dada sociedade, num determinado tempo e lugar.

De acordo com o historiador e pesquisador francês Philippe Ariès (1981)¹, o surgimento da criança como uma categoria social se deu lentamente entre os séculos XIII e XVII. O autor identifica esse fato através de profundo estudo, por ele realizado, de temas religiosos presentes na iconografia² medieval. Essa pesquisa demonstrou que,

*Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora Associada do Departamento de Educação Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

¹ Philippe Ariès (1914-1984) foi um dos mais influentes historiadores franceses do século XX. Apesar de algumas de suas afirmativas terem sido contestadas por outros estudiosos, sua contribuição foi significativa tanto no entendimento da infância como uma construção social, ao invés de um simples fato biológico, quanto na fundação da história da infância como uma área de pesquisa rigorosa.

inicialmente (séc. XIII), a criança aparece na Arte representando o anjo e o menino Jesus; depois, a infância da Virgem Maria e a dos outros santos. É interessante observar que essas crianças eram representadas como adultos pequenos (a mesma musculatura, expressão e traços).

Séculos mais tarde (XV e XVI), elas aparecem em retratos reais que são encontrados, primeiramente, nos túmulos, demonstrando que a família começa a sentir mais profundamente a falta dos pequenos que se foram. Somente no século XVII se encontram retratos de crianças vivas. Parece que só então surge, de fato, o interesse específico pela criança e a percepção de que ela difere do adulto. Segundo Ariès, a ausência de representações da vida da criança teria como motivo a grande instabilidade dessa fase da vida: o índice de mortalidade infantil era muito alto.

Pode-se, assim, dizer que na sociedade medieval o sentimento de infância não existia, o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. *Sentimento de infância* não significa o mesmo que *afeição pelas crianças*. Corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência ainda não existia.

Até o final do século XVII, a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia se bastar. Durante os primeiros anos de vida, um sentimento superficial – que Ariès chama de “paparicação” – era reservado à criança; enquanto ela ainda era uma “coisinha engraçadinha”. As pessoas se divertiam com ela, mas na verdade a criança muito pequenininha “não contava”. Se ela morresse, como acontecia com frequência, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois logo outra viria em seu lugar.

Assim, os cuidados especiais que as crianças recebiam, quando os recebiam, eram reservados apenas aos primeiros anos de vida, e aos que eram mais bem localizados social e financeiramente. Conta-nos, inclusive, o historiador, que até o final do século XVII um fenômeno persistiu: o infanticídio tolerado. Oficialmente, o infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, quando praticado, era camuflado sob a forma de um acidente: crianças não desejadas morriam asfixiadas na

² Iconografia (dicionário Aurélio – Século XXI): arte de representar por meio da imagem; conhecimento e descrição de imagens (gravuras, fotografias, etc.); documentação visual que constitui ou completa obra de referência e/ou de caráter biográfico, histórico, geográfico, etc.

cama dos pais, onde, com frequência, dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou salvá-las. O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas pouco dotadas não era confessado, mas tampouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo.

A infância na Idade Média era, dessa forma, vista como um estado de transição para a vida adulta e não se dispensava um tratamento especial para as crianças. Para a sociedade medieval, o importante era elas crescerem rapidamente para poder participar do trabalho e de outras atividades do mundo dos grandes. Mal a criança adquiria algum desembaraço físico era logo misturada aos adultos e vestia-se como eles, partilhava seus trabalhos, frequentava suas festas (geralmente religiosas) e participava de suas conversas (sobre qualquer assunto) e de seus jogos. De criancinha pequena ela se transformava em homem ou mulher, sem passar pelas etapas da juventude, consideradas essenciais nas sociedades de hoje.

Criança e família

A família na Idade Média era também bastante diferente do que concebemos hoje como tal. Ela era um espaço aberto, como uma “casa grande”, onde tinham livre trânsito pais, filhos, criados, servidores ou empregados, amigos e protegidos; e mais os visitantes, que não tinham hora, nem de chegada nem de saída. Essa “casa grande” desempenhava uma função pública, onde a criança não tinha garantida nenhuma consideração especial. Quando ela conseguia superar os primeiros perigos e sobreviver ao tempo da “paparicação”, geralmente por volta dos sete anos de idade, era comum que passasse a viver em outra casa, que não a da sua família. Lá ela aprendia os trabalhos domésticos e era iniciada em um ofício pelo seu **mestre**; e era, por ele, chamada de **aprendiz**.

Além de ensinar o serviço doméstico, o mestre transmitia também a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e os valores humanos que pudesse possuir. Assim, a transmissão dos valores e dos conhecimentos e, de modo mais geral, a socialização da criança, não eram asseguradas nem controladas pela família de origem. A criança se afastava cedo de seus pais e nem sempre voltava à sua família depois de adulta.

Nessas condições, a família não podia alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significa que os pais não amassem os seus filhos,

mas indica que a família, nessa época, não tinha função afetiva. Sua missão era a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a ajuda mútua no cotidiano num mundo em que um homem sozinho ou uma mulher sozinha não conseguiria sobreviver. E ainda, nos casos de crise, a família tinha um papel importante na proteção da honra e das vidas de seus integrantes. Não que o amor estivesse sempre ausente, mas o sentimento entre os cônjuges e entre pais e filhos não era necessário à existência da família. Se ele existisse, melhor.

Ariès constatou a inexistência, até o século XVI, de representações de interiores e de grupos familiares nas pinturas medievais. Prevalecem, ao contrário, as cenas de mercados, jogos e ofícios. A valorização dos temas de exterior mostra que as pessoas viviam misturadas umas com as outras, todas saindo à rua para as frequentes festas públicas, e que as trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas fora da família, num meio composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens. As famílias conjugais se diluíam nesse meio. E a criança aparece não como centro nem da sociedade, nem da família, mas está presente onde quer que haja pessoas se encontrando ou mantendo qualquer tipo de relação.

Criança e Educação

Durante a Idade Média, a educação era para poucos: a maior parte dos estudantes vinha da nobreza, pois somente esta camada social possuía recursos financeiros para manter os filhos nas escolas. E apenas os meninos estudavam. As meninas aprendiam com suas mães apenas o necessário para cuidarem bem de seus esposos e dos filhos que viessem a ter.

Os nobres decidiam quais filhos iriam para a área militar, (formação de cavaleiros), para a formação técnica (escolas formais) ou para a formação religiosa (escolas monásticas). Havia ainda a possibilidade, bastante usual, principalmente nas famílias da alta nobreza, de os jovens serem educados em suas casas por um **preceptor**.

Já os camponeses e seus filhos, sem recursos financeiros e presos às obrigações servis, não tinham acesso à educação escolar, ficando sem saber ler e escrever por toda a vida.